

Manifesto Frente Ambientalista Vale SP para COP 28: Xô termelétrica de metano de Caçapava

O ano de 2023 está se apresentando ao mundo como uma demonstração dos variados problemas globais decorrentes da emergência climática. O Observatório Europeu Copernicus já sinalizou que este ano é o ano mais quente em 150 mil anos, sendo o último mês de outubro o mais quente, com uma média da superfície global em 15,30°Celsius. Como explicação, atribui-se o calor como resultado das contínuas emissões de gases com efeito de estufa, combinadas com o El Niño, fenômeno climático que aquece as águas superficiais no leste do Oceano Pacífico. O El Niño anômalo que estamos vivenciando é resultado direto do aquecimento global, em que há a combinação de um oceano mais quente com a alta crescente de calor na atmosfera (segundo Giovanni Dolif, meteorologista do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden).

Em todas as regiões geográficas brasileiras acontecem episódios extremos do clima, desde mudanças no regime de chuvas e secas intensas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e chuvas e ventos extremos na região Sudeste e Sul. Como consequência, há sérios problemas como a falta de abastecimento de água, perda da biodiversidade, inundações, movimentos de massa, causando sérios prejuízos econômicos e principalmente, impactos à qualidade de vida e gerando vítimas fatais, principalmente em comunidades periféricas e mais vulneráveis.

O último relatório Síntese do IPCC (2023) destaca que as atividades humanas são as principais responsáveis pelo aumento do aquecimento global, sendo as atividades que mais contribuem para o aquecimento global: a queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural e o desmatamento. Este relatório é enfático ao apresentar que as atuais taxas de emissões de gases de efeito estufa precisam ser reduzidas em até 45% até 2030 para limitar o aquecimento global até 1,5° Celsius. O IPCC alerta para a necessidade imediata e coordenada para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa.

O Brasil foi, por um determinado período, uma importante referência no combate às mudanças climáticas, por isso, neste mesmo ano de 2023 busca

novamente assumir o protagonismo nos ciclos de ações. Desse modo, a expressiva participação da comitiva brasileira na COP 28 tem esta finalidade de defender o protagonismo dos países com florestas tropicais e dar continuidade a propostas mais concretas iniciadas na Cúpula de Belém.

É importante destacar que o Brasil assumiu compromissos internacionais, sendo signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Protocolo de Quioto e Acordo de Paris, os quais competem a direcionar o país na redução das emissões dos gases do efeito estufa. A COP 28 possui como uma de suas finalidades a reunião dos países-membros da ONU para debater estratégias para conter o aquecimento global, com a expectativa de que a Cúpula do Clima divulgue o Balanço global de emissões de GEE (Global Stocktake - GST), que irá medir o que as nações efetivamente estão fazendo para reduzir suas emissões e qual a sua evolução em relação às metas estabelecidas.

Felizmente, o Brasil saiu de um contexto político que negava a ciência e as questões da emergência climática, mas ações desse passado recente ainda impactam, colocando em questão o esforço empenhado no país no último ano em avançar para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Um exemplo é a **privatização da Eletrobrás em 2022, a qual foi escandalosa em atender os interesses relacionados ao gás metano, com a aprovação da expansão de termelétricas em mais 9GW, em um país com mais de 80% da matriz elétrica servida por energias renováveis, e com potencial de crescimento de fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente.**

Conforme estudos técnicos realizados pelo Instituto Internacional Arayara e Observatório do Petróleo e Gás (OPG) (2022), o conjunto de infraestruturas que compreenderá essa geração de energia envolve a expansão de gasodutos, de linhas de transmissão, de construção de subestações e de terminais GNL por todo o país. Ao todo, são pelo menos 74 novos projetos termelétricos que somam mais de 17 GW de potência instalada e queima de gás fóssil e 19 novos projetos de terminais GNL (um aumento de 380% no número de terminais). Amparados pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2030, que prevê o crescimento da produção de gás metano de petróleo no país, de 130 milhões para 276 milhões de metros cúbicos por dia até 2030. Atualmente, com um recorde de produção de 147,9 milhões de

m³/dia (outubro de 2022) e com o maior volume de emissões de gases poluentes em 15 anos. Só em 2021, o país emitiu 2,42 bilhões de toneladas brutas de CO₂, uma alta de 12,2% em relação a 2020, conforme o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima.

A construção de todo esse aparato para viabilizar a expansão das termelétricas a gás metano no Brasil irá impactar significativamente grandes áreas sensíveis nos biomas Amazônico, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica e em áreas importantes para a conservação de ecossistemas e de modos de vida de comunidades tradicionais. **Além, é claro, de impactar fortemente a vida de todos os brasileiros, sobretudo dos mais pobres, pelo aumento das tarifas de energia. A energia térmica é poluente e muito mais cara, com o maior custo por MW gerado atualmente. Sendo assim, no cenário em que o Brasil ocupa a 2ª posição no ranking de custo de energia mais cara do mundo, e no qual 85% dos brasileiros encontram-se com dificuldade de pagar a conta de energia. E a escolha de investimento em uma matriz baseada na construção de grandes complexos termelétricos a gás e suas infraestruturas indispensáveis aponta para distanciamento do cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas e Compromissos Internacionais, além de impactar diretamente no aprofundamento das desigualdades socioambientais do país. Via de regra, os grandes empreendimentos de geração de energia operam pela lógica da maximização dos lucros em detrimento de segurança e saúde pública, contra os quais nós da Frente Ambientalista Vale do Paraíba paulista lutamos.**

Neste contexto, o **município de Caçapava, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN, estado de São Paulo, Brasil, entra no mapa da expansão desse nocivo combustível fóssil, como território ameaçado pela implantação da maior termelétrica a gás da América Latina, pela “São Paulo Geração de Energia Ltda”, com previsão de 1.743 MW de potência instalada, que irá queimar 6 milhões de m³ de gás por dia, e mais 100 m³ de água por hora, água essa retirada de poços profundos, que é a mesma fonte abastecimento hídrico da população de Caçapava e de grande parte do Vale do Paraíba paulista.**

Esta pauta está sendo abordada de forma simplista pelo poder municipal, que inicialmente executava reuniões fora da agenda governamental com a proponente. A sociedade civil de Caçapava teve conhecimento desta proposta de implantação de termelétrica no primeiro semestre de 2022 e, desde então, se mobiliza em resistência a tal projeto, unindo ONGs de atuação ambiental, como a Ecovital e Arayara, ambientalistas e preocupados com a saúde pública e ambiental do município e região, organizações populares como Travessia, coletivos de organização política como o Subverta e o Comitê de Lutas Sebastião Lopes, pesquisadores e cientistas de renomadas instituições nacionais, apoio de mandatos de deputados estaduais como da Bancada Feminina do Psol e Guilherme Cortez (PSOL), Marina Helou (Rede Sustentabilidade) e localmente apoiado pelas representação popular desta Vereadora eleita Dandara Gissoni.

A sociedade local e regional organizou-se e executou uma série de ações em Caçapava e Taubaté com a finalidade de informar e alertar a população sobre os riscos deste empreendimento para a saúde coletiva local, o impacto ambiental local e no agravamento dos impactos negativos relacionados às Mudanças Climáticas. Dentre as ações, foram realizadas a 1º Greve pelo Clima do Vale da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, ação de panfletagem e conversa com os munícipes nas ruas, visita e conversa com os bairros do entorno da área preterida para o estabelecimento, entrevistas em meios de comunicação, aulas abertas com professores/cientistas de renomados institutos de pesquisas do país como o INPE e o ITA, abaixo-assinado eletrônico e físico, mobilização virtual, audiência pública na Câmara dos Deputados Federais em Brasília, com o mandato do Deputado Ivan Valente (PSOL), diversos diálogos com o Ministério Público e órgãos ambientais competentes e, agora, por intermédio da representação da vereadora Dandara Gissoni no maior evento anual promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de discutir e organizar as iniciativas sobre os impactos das mudanças climáticas. Este momento é um marco de resistência para chamar atenção global a este projeto de termelétrica movida a metano que está se desenvolvendo com pouco diálogo e transparência para a população por parte da requerente e da prefeitura municipal.

É importante ressaltar que a geomorfologia do Vale do Paraíba, na qual Caçapava está situada, é uma planície entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, e é servida pela predominância de ventos oceânicos circulares de baixa intensidade, fator que não proporciona dispersão atmosférica. Em outras palavras, venta muito pouco nos municípios da região Vale do Paraíba localizado entres as serras, assim todas as emissões permanecem concentradas na atmosfera da região, o que é agravado nos períodos de estiagens prolongadas, e no inverno quando ocorrem as inversões térmicas. Esses fatores que também proporcionam as chuvas ácidas, devido à alta concentração de gases e particulados suspensos na atmosfera, que leva a contaminação das águas e do solo.

A proximidade deste complexo termelétrico de áreas urbanas é outro fator temerário, visto que a região prevista para sua instalação fica apenas a 5 km do centro do município de Caçapava e do turístico Distrito de Quiririm, pertencente ao município de Taubaté. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) declarou que ocorrerão impactos urbanos com a instalação da usina termoelétrica. Cabe destacar que Caçapava está situada no eixo urbano da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, que fica no eixo entre a Capital do estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro, sendo, portanto, uma região densamente ocupada.

Além disso, a água subterrânea e superficial abastece a população e outras atividades econômicas da região e o rio Paraíba do Sul, que já apresenta-se em uma situação crítica de conflitos no uso da água, também é responsável pelo abastecimento do sistema Cantareira, que sofre com as recorrentes crises hídricas, tendo assim, uma contribuição importante no abastecimento público também da cidade de São Paulo.

O município de Caçapava já sofre com diversos passivos socioambientais, referente à instalação de indústrias poluidoras, que causaram muitas doenças e mortes a seres humanos e animais, e hoje são massas falidas que deixaram milhares de toneladas de escórias de metais pesados que contaminam e poluem o solo, água e ar. Somam-se a esse quadro a mineração desordenada de areia, que degradou de forma permanente boa parte da várzea do rio Paraíba do Sul, a instalação de um aeroporto fracassado, barrado na justiça por crimes ambientais, que desmatou vegetação de Cerrado do Vale

do Paraíba e movimentou uma grande quantidade de terra, deixando expostas a erosão e ao assoreamento de corpos hídricos, as constantes tentativas de instalação de pedreiras em áreas próximas a Unidade de Conservação da Serra do Palmital. Atualmente, essa pretensa mega usina termelétrica é uma ameaça à qualidade de vida regional e nacional.

O povo do Vale do Paraíba não quer a instalação de usinas termelétricas e nem incineradores de lixo, que nada mais são usinas térmicas transvestidas de solução final para a incapacidade de gestão de resíduos sólidos. Os habitantes do município e da região também reivindicam a extensão do direito à consulta prévia para instalação de empreendimento de grande porte, por intermédio de um plebiscito regional.

Clamamos para que as questões sobre o clima e a geração de energia por intermédio de fontes limpas e renováveis sejam assuntos centrais. Temos um território nacional imenso, muito bem servido de sol e ventos, um extenso litoral de constantes marés. As pequenas unidades de geração de energia descentralizada para um imenso território como o nosso, precisam ser consideradas de forma mais séria como a solução para evitar a sobrecarga do sistema de geração e distribuição. Para isso, são necessárias linhas de financiamento, aperfeiçoamento da legislação e regulamentação desse modelo, sobretudo para as pequenas e médias empresas, como forma de reduzir os custos no setor produtivo. Não é possível optar pelo pior, com tantas alternativas possíveis e viáveis.

Caçapava, 30 de novembro de 2023.

Frente Ambientalista Vale – SP.

Responsáveis técnicos:

Prof. Dr. Raquel Henrique (Doutora em Planejamento Urbano e Regional).

Prof. MSc. Gerson de Freitas (Doutorando em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento).

Contato: Frente Ambientalista Vale SP:

E-mail: frenteambientalistavalesp@gmail.com

Instagram: [@frenteambientalistavalesp](https://www.instagram.com/frenteambientalistavalesp)